

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE ANANINDEUA
EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a instauração de Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº.: 088/2017 – MP/4ªPJCIV
Inquérito Civil: 001714-477/2017
Conversão: 12/09/2017.
Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua
Fundamentos: Lei n.º 10.741/2003, Art. 26, I e 27, parágrafo único, Inciso I, da Lei n.º 8.625/93 e Art. 129, II, da CF/88.
Origem: Notícia de Fato n.º 001714-477/2017
Objeto: Apurar os fatos narrados no Ofício n.º 825/2017/ DPU/AC referente à pessoa idosa Mariuza de Souza Martins, que teve levantados valores constantes em depósito judicial, mediante possível ação fraudulenta do advogado Antônio Rosa Ramos Neto, OAB/PA nº 14.555, haja vista que a idosa não reconhece tais poderes outorgados ao advogado acima referido.
Ananindeua (PA), 25 de setembro de 2017.
VÂNIA CAMPOS DE PINHO
4º Promotor de Justiça Cível de Ananindeua, em exercício.

Protocolo: 233692
EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000260-151/2017– MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000260-151/2017-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 032/2017
Data da Instauração: 17/08/2017
Objeto: apurar possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria de Estado e Turismo – SETUR, tendo em vista a publicação da Dispensa de Licitação nº 04/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fabricação e fornecimento de fitinhas destinadas à distribuição gratuita em eventos e feiras apoiados ou organizados pela SETUR.
Interessado: a Coletividade, MPE/PA
Investigado: Secretaria de Estado e Turismo – SETUR
Promotoria de Justiça: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA
Promotora de Justiça: Dr. JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS.

Protocolo: 233960
EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e A R S Comércio e Serviços LTDA.
Objeto: Aquisição de 15(Quinze) Placas de fachada e 03(Três) Placas de Inauguração visando a sinalização na fachada de Prédios deste Ministério Público do Estado em decorrência da nova Logomarca do Órgão.
Nº. da nota de empenho: 2017NE05927.
Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.7573; Fonte 0101. Elemento de Despesa:4490-39.
Valor: R\$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).
Data da Assinatura: 28/09/2017.
Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 233589
PORTARIA Nº 6.367/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 222/2017/MP-3ºPJB, datado de 2/8/2017;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor MARCELO DA SILVA CALDAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado nas Promotorias de Justiça de Barcarena, Gratificação de Tempo Integral,

prevista no art. 137, § 1o, alínea “a”, da Lei Estadual no 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquelas Promotorias de Justiça, a contar de 1º/9/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 26 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 233852
PORTARIA Nº. 5.971 /2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de garantir o funcionamento e o cumprimento das atribuições do Grupo de Trabalho em Defesa da Saúde (GT Saúde), criado pela PORTARIA Nº 5.256/2017-MP/PGJ, de 16/8/2017, publicada no D.O.E. de 18/8/2017;
CONSIDERANDO, ainda, os termos do Ofício nº 50/2017/MP/CAO/Cidadania, datado de 31/8/2017,
R E S O L V E:
CONVOCAR os Promotores de Justiça abaixo relacionados para comparecem nas reuniões designadas para acontecer nos dias 31/8 a 1º/9/2017, no horário das 8 às 18, na Sala Multiuso, no Edifício-sede deste órgão ministerial, nesta Capital:
EDUARDO JOSÉ FALESI DO NASCIMENTO;
ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA;
ANDRESSA ERICA AVILA PINHEIRO;
LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO;
MONIQUE NATHYANE RIBEIRO COELHO;
VYLLYA COSTA BARRA SERENI;
NAIARA VIDAL NOGUEIRA.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 5.973/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
AUTORIZAR a Promotora de Justiça PAULA CAROLINE NUNES MACHADO, a se deslocar de Rondon do Pará a Belo Horizonte - MG, no período de 26 a 30/9/2017, a fim de participar do “XXII Congresso Nacional do Ministério Público”.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 13 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.221/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 3798/2017;
CONSIDERANDO os termos da Portaria n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor IVAN NAZARENO PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotado nas Promotorias de Justiça de Capanema, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1o, alínea “a”, da Lei Estadual no 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquelas Promotorias de Justiça, a contar de 01/09/2017.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 21 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.252/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO os termos da decisão judicial proferida no âmbito do Processo nº 0026683-25.2006.8.14.0301;
CONSIDERANDO o disposto no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006,

R E S O L V E:
Art. 1º. Instituir Comissão, de caráter transitório, para realizar nova avaliação oral – Prova de Arguição, do Sr. André Augusto da Silva Nogueira, candidato no XI Concurso Público de Ingresso na Careira do Ministério Público do Estado do Pará;
Art. 2º. A comissão será composta pelos seguintes integrantes:
I – Procurador-Geral de Justiça Gilberto Valente Martins (Presidente);
II – Procurador de Justiça Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves (titular);
III - Procurador de Justiça Mário Nonato Falângola (titular);
IV – Procuradora de Justiça Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento (suplente);
V – Promotor de Justiça Ivanilson Paulo Correa Raiol (titular);
VI – Promotor de Justiça Carlos Stilianidi Garcia (suplente);
VII – Advogada Cristina Silva Alves Lourenço (titular);
VIII – Advogada Maria Stela Campos da Silva (suplente).
Art. 3º. Designar a servidora Alessandra Martins Braga para secretariar os trabalhos da referida Comissão.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 22 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6253/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando o § 3º do art. 46 da Lei nº 8.375, de 19/07/2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2017, que estabelece que os créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato de seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos,
RESOLVE:
Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.302.1434.4985	339047	.0101	600.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			600.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria, ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.
Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.126.1434.8326	339039	.0101	600.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			600.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de setembro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6.343/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da PORTARIA Nº 2537/2009-MP/PGJ, de 30/6/2009, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31462, de 16/7/2009, que instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, Comissão com a responsabilidade de implementar as ações de melhoria do desempenho ambiental da Instituição,
R E S O L V E:
Art 1º DESIGNAR os integrantes abaixo relacionados para comporem a Comissão com a responsabilidade de implementar as ações de melhoria do desempenho ambiental do Ministério Público do Estado do Pará: